

PGA 2023

PLANO ESTRATÉGICO - MP SOCIAL

**TABULAÇÃO DE DADOS DOS FORMULÁRIOS RESPONDIDOS
REGIÃO DE SANTOS
PERÍODO DE 20/10/2023 a 10/11/2023**

FORMULÁRIOS RESPONDIDOS: 189 (cento e oitenta e nove)

Promotores de Justiça: 48 (quarenta e oito)

Servidores : 141 (cento e quarenta e um)
(Analista Jurídico e Oficial de Promotoria)

SENDO: 87 (oitenta e sete) NA ÁREA CÍVEL
102 (cento e dois) NA ÁREA CRIMINAL

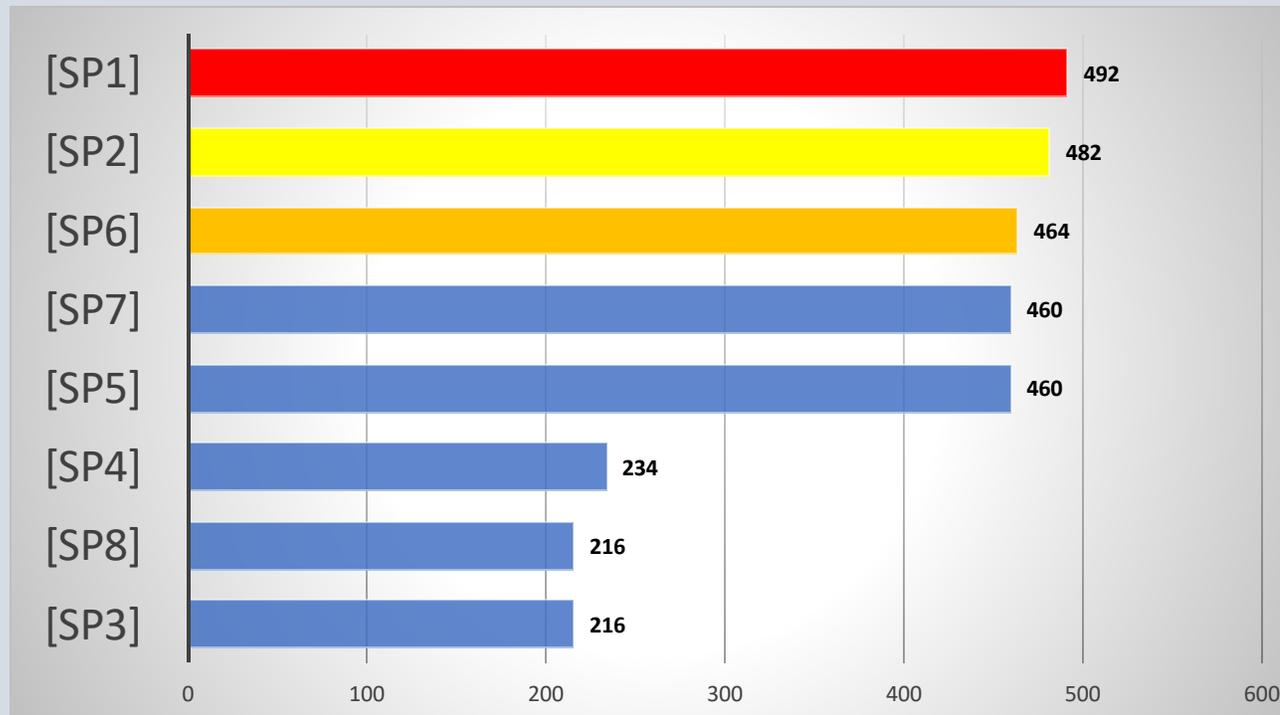
SOCIEDADE PREENCHEU: 32 (trinta e dois) FORMULÁRIOS

ÁREAS ABRANGIDAS:

- SAÚDE PÚBLICA
- PCD
- PATRIMÔNIO PÚBLICO
- MEIO AMBIENTE
- INFÂNCIA E JUVENTUDE
- IDOSO
- CONSUMIDOR
- EDUCAÇÃO
- CÍVEL
- HABITAÇÃO E URBANISMO
- INCLUSÃO SOCIAL
- CRIMINAL

Quantidade escolhida	[SP1] Atenção Básica	24	17	8	8	18	5	2	2
	[SP2] Atenção Hospitalar	10	26	13	16	9	7	2	1
	[SP3] Controle Social (Ex.: Conselho Municipal de Saúde)	1	1	1	6	10	20	20	25
	[SP4] Financiamento SUS	2	1	4	8	11	9	27	22
	[SP5] Medicamento/Insumo	4	18	28	15	7	7	5	0
	[SP6] Saúde Mental	27	7	8	9	14	13	5	1
	[SP7] Tratamento /Cirurgia/ Exame	15	12	16	19	9	4	8	1
	[SP8] Vigilância Sanitária /Epidemiológica	1	2	6	3	6	19	15	32

Ponderação	1º	[SP1]Atenção Básica	192	119	48	40	72	15	4	2	492
	2º	[SP2]Atenção Hospitalar	80	182	78	80	36	21	4	1	482
		[SP3]Controle Social (Ex.: Conselho Municipal de Saúde)	8	7	6	30	40	60	40	25	216
		[SP4]Financiamento SUS	16	7	24	40	44	27	54	22	234
		[SP5]Medicamento/Insumo	32	126	168	75	28	21	10	0	460
	3º	[SP6]Saúde Mental	216	49	48	45	56	39	10	1	464
		[SP7]Tratamento /Cirurgia/ Exame	120	84	96	95	36	12	16	1	460
		[SP8]Vigilância Sanitária /Epidemiológica	8	14	36	15	24	57	30	32	216

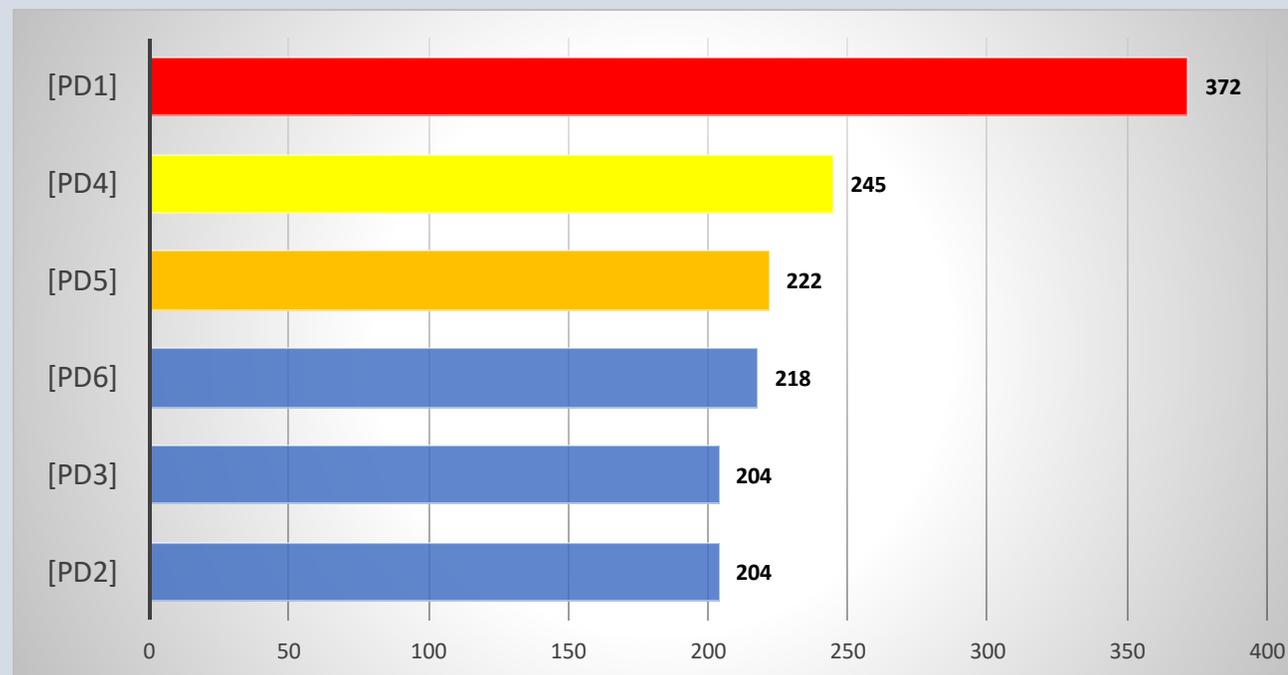


Outros
Déficit de estrutura voltada para pessoas com deficiência
Tratamento médico humanizado
Vaga em UTI e transporte fora do domicílio

LEGENDA	[SP1]Atenção Básica
	[SP2]Atenção Hospitalar
	[SP6]Saúde Mental
	[SP5]Medicamento/Insumo
	[SP7]Tratamento /Cirurgia/ Exame
	[SP4]Financiamento SUS
	[SP3]Controle Social (Ex.: Conselho Municipal de Saúde)
	[SP8]Vigilância Sanitária /Epidemiológica

Quantidade escolhida	[PD1] Fomento e fiscalização da implantação de residências inclusivas e moradias assistidas nos municípios	7	9	17	7	11	11
	[PD2] Monitorar a demanda vinda dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes para as residências inclusivas (jovens com deficiência)	8	6	12	16	10	10
	[PD3] Fomento à estruturação e atuação da rede de assistência social para a organização de serviços de apoio à vida adulta e orientação para o trabalho da pessoa com deficiência.	4	7	14	20	12	5
	[PD4] Mapeamento dos alunos com deficiência do município, onde estão matriculados e quais os serviços de Atendimento Educacional Especializado recebem	11	19	10	7	8	7
	[PD5] Fiscalização das políticas públicas relativas a Educação Inclusiva no município	15	13	3	5	14	12
	[PD6] Fiscalização da implantação de recursos de acessibilidade no município necessários para que as pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos fundamentais tais como os de locomoção, saúde, educação, esportes, lazer e trabalho	17	8	6	7	7	17

Ponderação	1º	[PD1] Fomento e fiscalização da implantação de residências inclusivas e moradias assistidas nos municípios	42	54	102	42	66	66	372
		[PD2] Monitorar a demanda vinda dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes para as residências inclusivas (jovens com deficiência)	48	30	48	48	20	10	204
		[PD3] Fomento à estruturação e atuação da rede de assistência social para a organização de serviços de apoio à vida adulta e orientação para o trabalho da pessoa com deficiência.	24	35	56	60	24	5	204
	2º	[PD4] Mapeamento dos alunos com deficiência do município, onde estão matriculados e quais os serviços de Atendimento Educacional Especializado recebem	66	95	40	21	16	7	245
	3º	[PD5] Fiscalização das políticas públicas relativas a Educação Inclusiva no município	90	65	12	15	28	12	222
		[PD6] Fiscalização da implantação de recursos de acessibilidade no município necessários para que as pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos fundamentais tais como os de locomoção, saúde, educação, esportes, lazer e trabalho	102	40	24	21	14	17	218

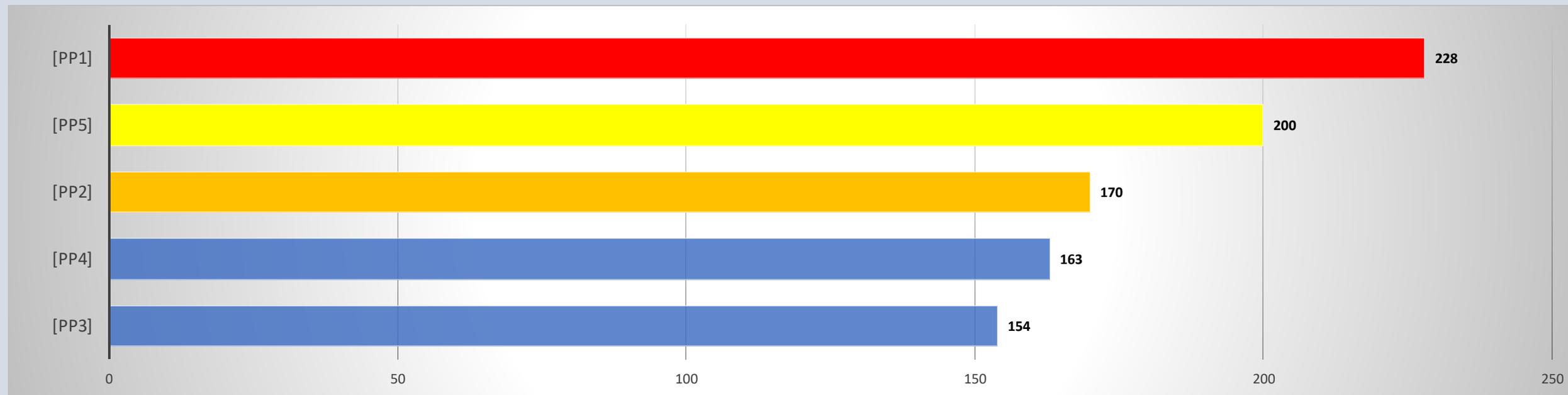


Outros
Desburocratização no processo da garantia de mediador nas escolas para crianças e jovens no espectro autista
Implantação de rede hospitalar ou APAEs para reabilitação e/ou acompanhamento especializados as pessoas com deficiência.

LEGENDA	Descrição
[PD1]	Fomento e fiscalização da implantação de residências inclusivas e moradias assistidas nos municípios
[PD4]	Mapeamento dos alunos com deficiência do município, onde estão matriculados e quais os serviços de Atendimento Educacional Especializado recebem
[PD5]	Fiscalização das políticas públicas relativas a Educação Inclusiva no município
[PD6]	Fiscalização da implantação de recursos de acessibilidade no município necessários para que as pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos fundamentais tais como os de locomoção, saúde, educação, esportes, lazer e trabalho
[PD2]	Monitorar a demanda vinda dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes para as residências inclusivas (jovens com deficiência)
[PD3]	Fomento à estruturação e atuação da rede de assistência social para a organização de serviços de apoio à vida adulta e orientação para o trabalho da pessoa com deficiência.

Quantidade escolhida	[PP1] Organização Social de Saúde	27	8	14	7	5
	[PP2] Controle Interno no Município	7	10	18	15	11
	[PP3] Portal da Transparência	4	11	11	22	13
	[PP4] Responsabilidade Fiscal	7	14	12	8	20
	[PP5] Fraude em Licitação	16	18	6	9	12

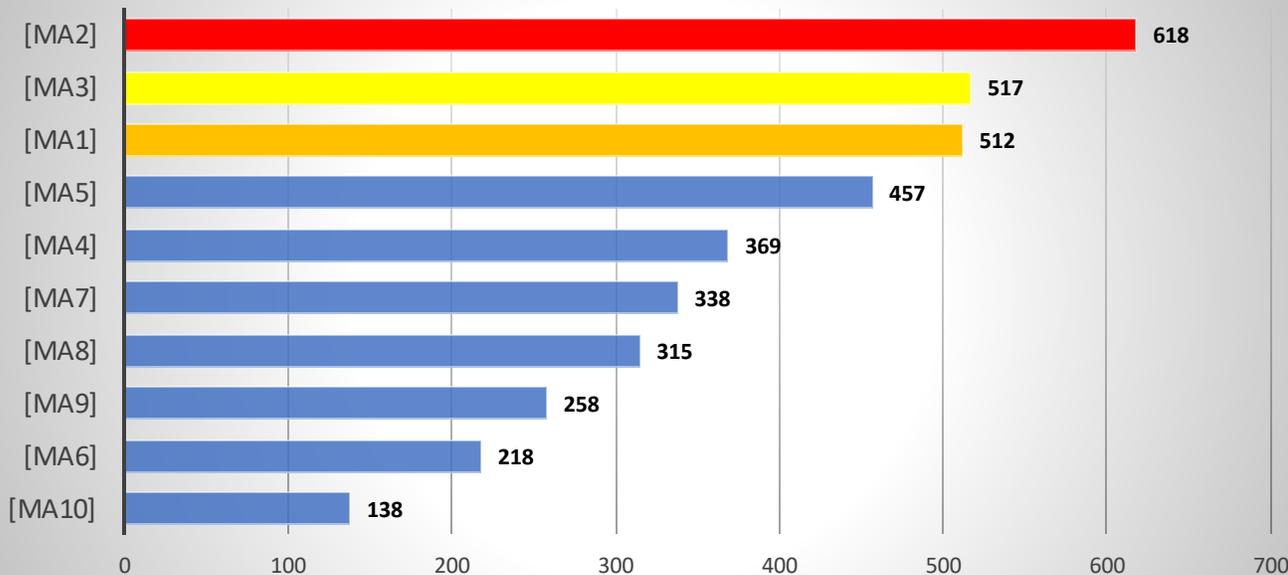
Ponderação	1º	[PP1] Organização Social de Saúde	135	32	42	14	5	228
	3º	[PP2] Controle Interno no Município	35	40	54	30	11	170
		[PP3] Portal da Transparência	20	44	33	44	13	154
		[PP4] Responsabilidade Fiscal	35	56	36	16	20	163
	2º	[PP5] Fraude em Licitação	80	72	18	18	12	200



LEGENDA	[PP1] Organização Social de Saúde
	[PP5] Fraude em Licitação
	[PP2] Controle Interno no Município
	[PP4] Responsabilidade Fiscal
	[PP3] Portal da Transparência

Quantidade escolhida	[MA1]Código Florestal: APP, Reserva Legal, CAR, PRAD, Área Consolidada	16	9	14	10	6	6	3	3	1	0
	[MA2]Saneamento Básico: Tratamento de Esgoto	39	12	5	10	0	2	0	0	0	0
	[MA3]Resíduos Sólidos: Implantação de Coleta Seletiva e Logística Reversa	3	20	15	14	11	3	2	0	0	0
	[MA4]Resíduos Sólidos: Combustível Derivado de Resíduos (CDR) e Licenciamento de Unidade de Recuperação Energética (URE)	0	1	8	13	15	11	7	7	5	1
	[MA5]Recursos Hídricos: Proteção de Mananciais e Reservatórios de Abastecimento Público	3	10	13	6	22	6	6	1	1	0
	[MA6]Barramentos e Pequenas Centrais Hidrelétricas	0	0	1	0	1	16	11	12	17	10
	[MA7]Unidades de Conservação: Planos de Manejo	2	7	3	2	6	10	24	9	3	2
	[MA8]Agrotóxicos e Poluição	1	5	6	7	2	5	11	22	7	2
	[MA9]Fauna: CRA (Centro de Reabilitação de Animais Silvestres) e CETAS (Centros de Triagem de Animais Silvestres)	2	3	1	5	5	8	2	10	28	4
	[MA10]Núcleo de Conciliação em Matéria Ambiental	2	1	2	1	0	1	2	4	6	49

Ponderação	3º [MA1]Código Florestal: APP, Reserva Legal, CAR, PRAD, Área Consolidada	160	81	112	70	36	30	12	9	2	0	512
	1º [MA2]Saneamento Básico: Tratamento de Esgoto	390	108	40	70	0	10	0	0	0	0	618
	2º [MA3]Resíduos Sólidos: Implantação de Coleta Seletiva e Logística Reversa	30	180	120	98	66	15	8	0	0	0	517
	[MA4]Resíduos Sólidos: Combustível Derivado de Resíduos (CDR) e Licenciamento de Unidade de Recuperação Energética (URE)	0	9	64	91	90	55	28	21	10	1	369
	[MA5]Recursos Hídricos: Proteção de Mananciais e Reservatórios de Abastecimento Público	30	90	104	42	132	30	24	3	2	0	457
	[MA6]Barramentos e Pequenas Centrais Hidrelétricas	0	0	8	0	6	80	44	36	34	10	218
	[MA7]Unidades de Conservação: Planos de Manejo	20	63	24	14	36	50	96	27	6	2	338
	[MA8]Agrotóxicos e Poluição	10	45	48	49	12	25	44	66	14	2	315
	[MA9]Fauna: CRA (Centro de Reabilitação de Animais Silvestres) e CETAS (Centros de Triagem de Animais Silvestres)	20	27	8	35	30	40	8	30	56	4	258
	[MA10]Núcleo de Conciliação em Matéria Ambiental	20	9	16	7	0	5	8	12	12	49	138



OUTROS
ações de combate à invasão de áreas ambientais
DRENAGEM URBANA DOS MUNICÍPIOS
Drenagem urbana.
Energias Solar e Eólica
FAUNA -ZONOSSES-USO DE VERBA DESTINADA PELO SUS , CASTRAÇÃO , SERVIÇO DE VACINAÇÃO.
Implantação de Campanha Permanente e Exaustiva quanto a importância da reciclagem e coleta seletiva, salientando o quanto é prejudicial ao meio ambiente o descarte de lixo na rua.
Mudanças Climáticas - plano municipal para planejamento de medidas mitigatórias

[MA2]Saneamento Básico: Tratamento de Esgoto

[MA3]Resíduos Sólidos: Implantação de Coleta Seletiva e Logística Reversa

[MA1]Código Florestal: APP, Reserva Legal, CAR, PRAD, Área Consolidada

[MA5]Recursos Hídricos: Proteção de Mananciais e Reservatórios de Abastecimento Público

[MA4]Resíduos Sólidos: Combustível Derivado de Resíduos (CDR) e Licenciamento de Unidade de Recuperação Energética (URE)

[MA7]Unidades de Conservação: Planos de Manejo

[MA8]Agrotóxicos e Poluição

[MA9]Fauna: CRA (Centro de Reabilitação de Animais Silvestres) e CETAS (Centros de Triagem de Animais Silvestres)

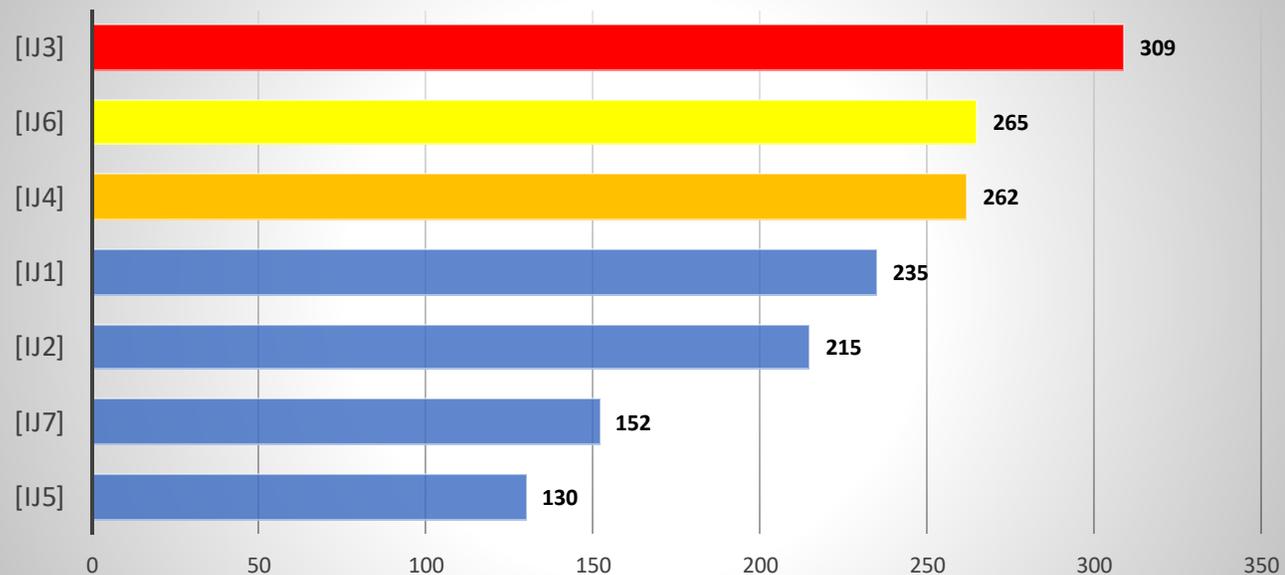
[MA6]Barramentos e Pequenas Centrais Hidrelétricas

[MA10]Núcleo de Conciliação em Matéria Ambiental

LEGENDA

Quantidade escolhida	[IJ1] Qualificar o atendimento socioeducativo em meio aberto, zelando pela atuação intersetorial durante a execução da medida	5	7	11	13	12	7	1
	[IJ2] Integração entre o trabalho realizado pela equipe técnica da fundação Casa e a rede protetiva, com vistas à reinserção social do adolescente após a desinternação	4	3	10	19	8	7	5
	[IJ3] Fomento à estruturação e atuação da rede protetiva para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a fim de que se evite o acolhimento institucional	21	14	5	8	6	1	1
	[IJ4] Fomento da atuação conjunta da equipe técnica dos serviços de acolhimento e da rede protetiva para a efetiva garantia da convivência familiar e comunitária, seja mediante a reintegração familiar de crianças e adolescente acolhidos ou inserção em família substituta	6	16	13	3	12	5	1
	[IJ5] Medidas visando à regularização e fomento do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente	0	3	1	5	13	14	20
	[IJ6] Mapeamento e estruturação da rede protetiva, de modo a possibilitar a implementação da escuta especializada e programa de atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência	17	7	12	3	1	13	3
	[IJ7] Criação de fluxo para o combate integrado ao trabalho infantil e fomento da aprendizagem	3	6	4	5	4	9	25

Ponderação		[IJ1] Qualificar o atendimento socioeducativo em meio aberto, zelando pela atuação intersetorial durante a execução da medida	35	42	55	52	36	14	1	235
		[IJ2] Integração entre o trabalho realizado pela equipe técnica da fundação Casa e a rede protetiva, com vistas à reinserção social do adolescente após a desinternação	28	18	50	76	24	14	5	215
	1º	[IJ3] Fomento à estruturação e atuação da rede protetiva para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a fim de que se evite o acolhimento institucional	147	84	25	32	18	2	1	309
	3º	[IJ4] Fomento da atuação conjunta da equipe técnica dos serviços de acolhimento e da rede protetiva para a efetiva garantia da convivência familiar e comunitária, seja mediante a reintegração familiar de crianças e adolescente acolhidos ou inserção em família substituta	42	96	65	12	36	10	1	262
		[IJ5] Medidas visando à regularização e fomento do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente	0	18	5	20	39	28	20	130
	2º	[IJ6] Mapeamento e estruturação da rede protetiva, de modo a possibilitar a implementação da escuta especializada e programa de atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência	119	42	60	12	3	26	3	265
		[IJ7] Criação de fluxo para o combate integrado ao trabalho infantil e fomento da aprendizagem	21	36	20	20	12	18	25	152



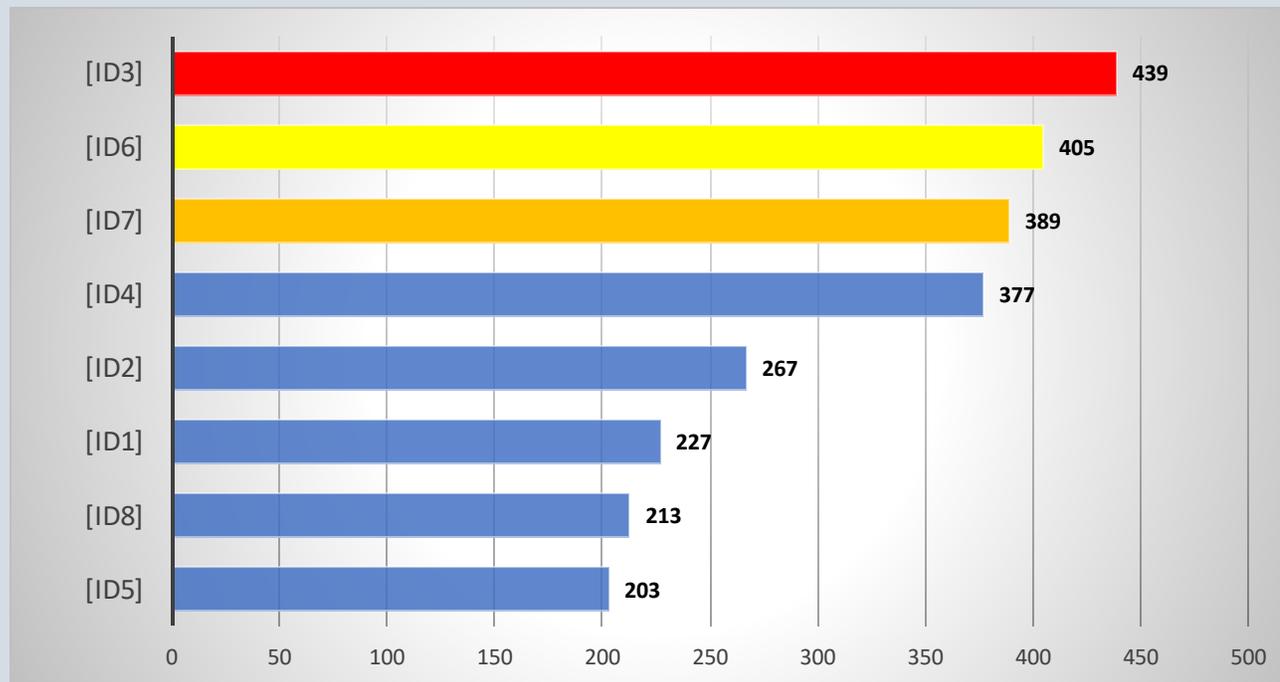
Outros
Atuação do MP para inserção de menores infratores , que não estão acolhidos, em programas como o CAMPS.
Educação de qualidade, principalmente na Rede Estadual como a primeira prioridade
vagas em creche, escolas

LEGENDA

- [IJ3] Fomento à estruturação e atuação da rede protetiva para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a fim de que se evite o acolhimento institucional
- [IJ6] Mapeamento e estruturação da rede protetiva, de modo a possibilitar a implementação da escuta especializada e programa de atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência
- [IJ4] Fomento da atuação conjunta da equipe técnica dos serviços de acolhimento e da rede protetiva para a efetiva garantia da convivência familiar e comunitária, seja mediante a reintegração familiar de crianças e adolescente acolhidos ou inserção em família substituta
- [IJ1] Qualificar o atendimento socioeducativo em meio aberto, zelando pela atuação intersetorial durante a execução da medida
- [IJ2] Integração entre o trabalho realizado pela equipe técnica da fundação Casa e a rede protetiva, com vistas à reinserção social do adolescente após a desinternação
- [IJ7] Criação de fluxo para o combate integrado ao trabalho infantil e fomento da aprendizagem
- [IJ5] Medidas visando à regularização e fomento do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente

Quantidade escolhida	[ID1] Conselhos, Fundos e Planos Municipais da Pessoa Idosa	6	4	3	5	9	10	9	24
	[ID2] Capacidade Civil e Autonomia	2	5	4	10	15	16	16	2
	[ID3] Serviços e equipamentos de proteção social básica (ex. atendimento em domicílio, centros de convivência) e socioassistenciais de média complexidade (ex. centros dia)	25	10	15	9	4	4	3	0
	[ID4] Serviços e equipamentos de proteção social especial (ex. repúblicas e serviços de acolhimento institucional, como Casas-Lar e Instituições de Longa Permanência para Idosos)	7	23	8	10	7	7	5	3
	[ID5] Renda, subsistência e empregabilidade	1	2	6	3	13	6	21	18
	[ID6] Rede de atenção à saúde da pessoa idosa	15	11	21	7	5	6	4	1
	[ID7] Medicamentos, insumos, órteses e próteses	13	13	10	17	8	2	4	3
	[ID8] Mobilidade	1	2	3	9	9	19	8	19

Ponderação	[ID1] Conselhos, Fundos e Planos Municipais da Pessoa Idosa	48	28	18	25	36	30	18	24	227
	[ID2] Capacidade Civil e Autonomia	16	35	24	50	60	48	32	2	267
	1º [ID3] Serviços e equipamentos de proteção social básica (ex. atendimento em domicílio, centros de convivência) e socioassistenciais de média complexidade (ex. centros dia)	200	70	90	45	16	12	6	0	439
	[ID4] Serviços e equipamentos de proteção social especial (ex. repúblicas e serviços de acolhimento institucional, como Casas-Lar e Instituições de Longa Permanência para Idosos)	56	161	48	50	28	21	10	3	377
	[ID5] Renda, subsistência e empregabilidade	8	14	36	15	52	18	42	18	203
	2º [ID6] Rede de atenção à saúde da pessoa idosa	120	77	126	35	20	18	8	1	405
	3º [ID7] Medicamentos, insumos, órteses e próteses	104	91	60	85	32	6	8	3	389
	[ID8] Mobilidade	8	14	18	45	36	57	16	19	213



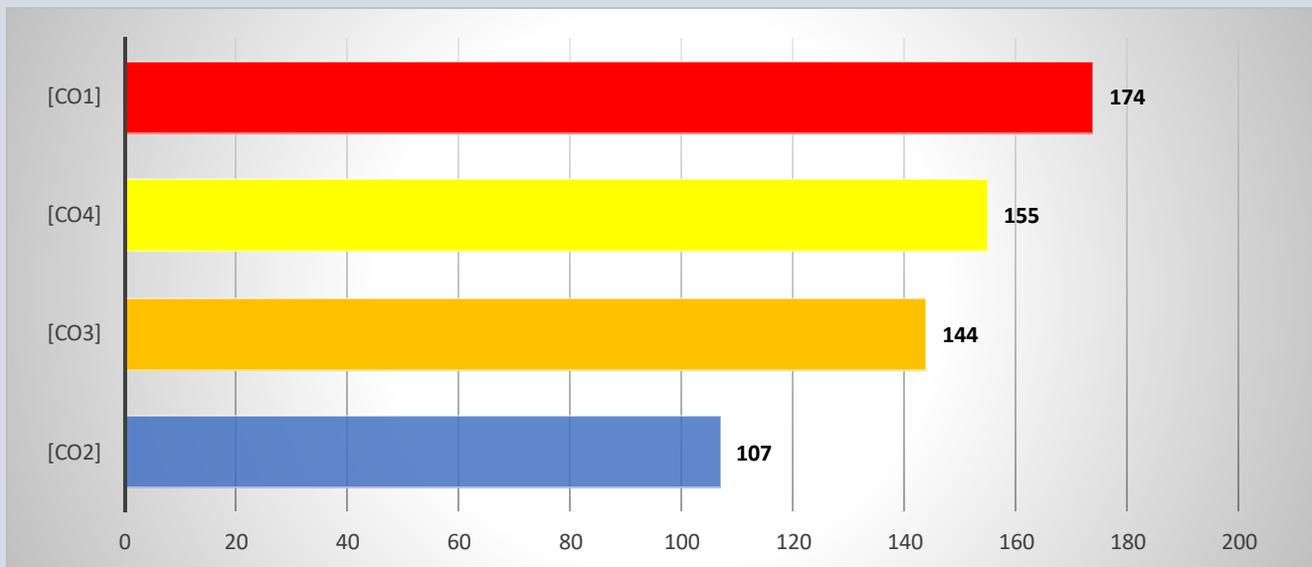
Outros

Atuação do MP em medidas protetivas a idosos que estão em situação de vulnerabilidade na sua própria residências, gerenciar conciliações com parentes e fiscalizar o atendimento de familiares aos idosos.

LEGENDA	[ID3] Serviços e equipamentos de proteção social básica (ex. atendimento em domicílio, centros de convivência) e socioassistenciais de média complexidade (ex. centros dia)
	[ID6] Rede de atenção à saúde da pessoa idosa
	[ID7] Medicamentos, insumos, órteses e próteses
	[ID4] Serviços e equipamentos de proteção social especial (ex. repúblicas e serviços de acolhimento institucional, como Casas-Lar e Instituições de Longa Permanência para Idosos)
	[ID2] Capacidade Civil e Autonomia
	[ID1] Conselhos, Fundos e Planos Municipais da Pessoa Idosa
	[ID8] Mobilidade
	[ID5] Renda, subsistência e empregabilidade

Quantidade escolhida	[CO1] Planos de Saúde	31	6	11	10
	[CO2] Cooperativas e Associações Habitacionais	3	12	16	27
	[CO3] Fornecimento de Água	13	16	15	14
	[CO4] Transporte Público	11	24	16	7

Ponderação	1º	[CO1] Planos de Saúde	124	18	22	10	174
		[CO2] Cooperativas e Associações Habitacionais	12	36	32	27	107
	3º	[CO3] Fornecimento de Água	52	48	30	14	144
	2º	[CO4] Transporte Público	44	72	32	7	155

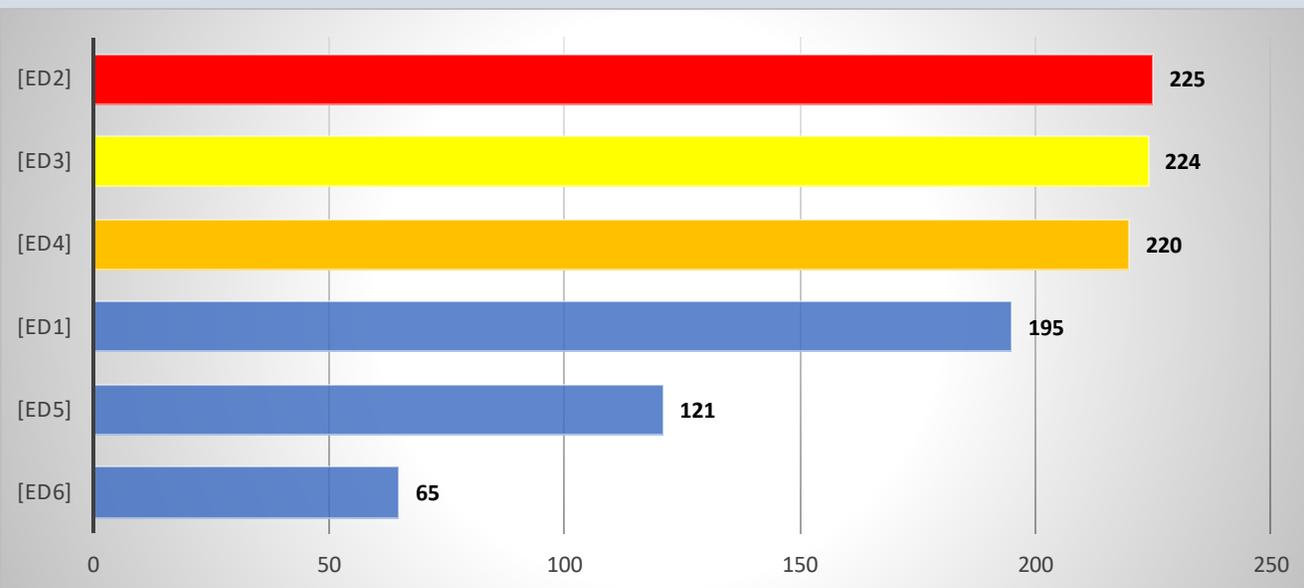


OUTROS
Empresas de Telefonia

LEGENDA	[CO1] Planos de Saúde
	[CO4] Transporte Público
	[CO3] Fornecimento de Água
	[CO2] Cooperativas e Associações Habitacionais

Quantidade escolhida	[ED1] Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (referência à meta 3 do PNE)	5	15	9	14	5	2
	[ED2] Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo (meta 4 do PNE)	15	12	10	10	2	1
	[ED3] Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a garantir que os sistemas municipais e estadual de São Paulo alcancem as médias para o IDEB estabelecidas na meta 7 do PNE	14	9	16	9	2	0
	[ED4] Ampliar a oferta de educação infantil em creches (0 a 3 anos e 11 meses de idade) de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE	13	13	10	10	3	1
	[ED5] Adotar medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar o cumprimento das metas 17 (valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE) e 18 (assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira	3	1	4	6	28	8
	[ED6] Atuar para o cumprimento da meta 19 do Plano Nacional de Educação (assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto), adotando medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar efetiva gestão democrática na educação	0	0	1	1	10	38

Ponderação	[ED1] Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (referência à meta 3 do PNE)	30	75	36	42	10	2	195
	1º [ED2] Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo (meta 4 do PNE)	90	60	40	30	4	1	225
	2º [ED3] Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a garantir que os sistemas municipais e estadual de São Paulo alcancem as médias para o IDEB estabelecidas na meta 7 do PNE	84	45	64	27	4	0	224
	3º [ED4] Ampliar a oferta de educação infantil em creches (0 a 3 anos e 11 meses de idade) de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE	78	65	40	30	6	1	220
	[ED5] Adotar medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar o cumprimento das metas 17 (valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE) e 18 (assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei democrática federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.), relacionadas ao princípio constitucional de valorização dos profissionais da educação	18	5	16	18	56	8	121
	[ED6] Atuar para o cumprimento da meta 19 do Plano Nacional de Educação (assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto), adotando medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar efetiva gestão democrática na educação	0	0	4	3	20	38	65



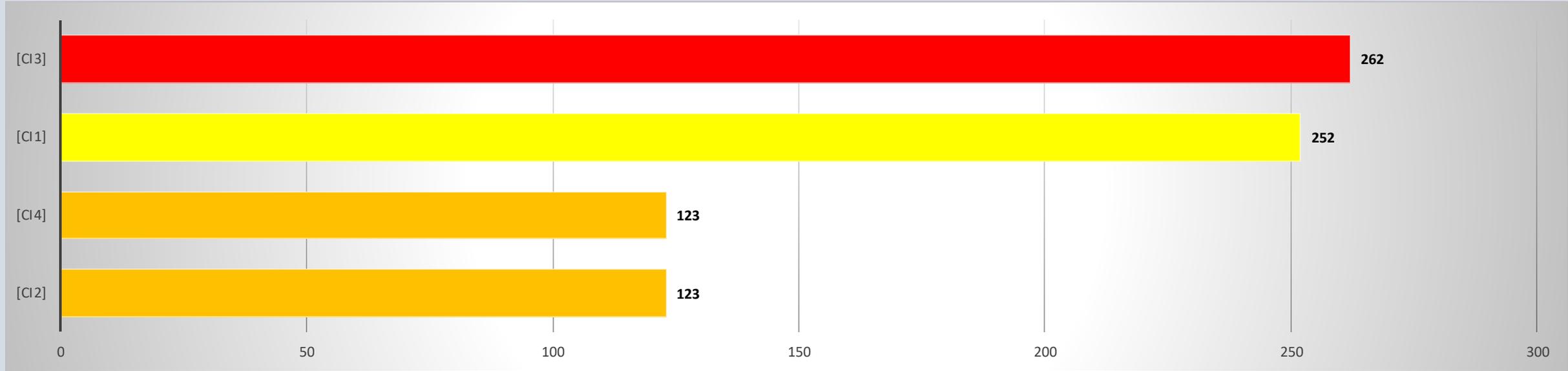
OUTROS

Creche em período integral

implantação de universidade no município, seja ela particular ou pública, evitando o deslocamento dos estudantes a cidades vizinhas(santos), posto que a cidade dispõe de terrenos disponíveis para esta finalidade.

O fomento da qualidade da educação, especialmente na Rede Estadual é fundamental para qualquer progresso nos demais setores

LEGENDA	[ED2] Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo (meta 4 do PNE)
	[ED3] Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a garantir que os sistemas municipais e estadual de São Paulo alcancem as médias para o IDEB estabelecidas na meta 7 do PNE
	[ED4] Ampliar a oferta de educação infantil em creches (0 a 3 anos e 11 meses de idade) de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE
	[ED1] Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (referência à meta 3 do PNE)
	[ED5] Adotar medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar o cumprimento das metas 17 (valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE) e 18 (assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei democrática federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.), relacionadas ao princípio constitucional de valorização dos profissionais da educação
	[ED6] Atuar para o cumprimento da meta 19 do Plano Nacional de Educação (assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto), adotando medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar efetiva gestão democrática na educação



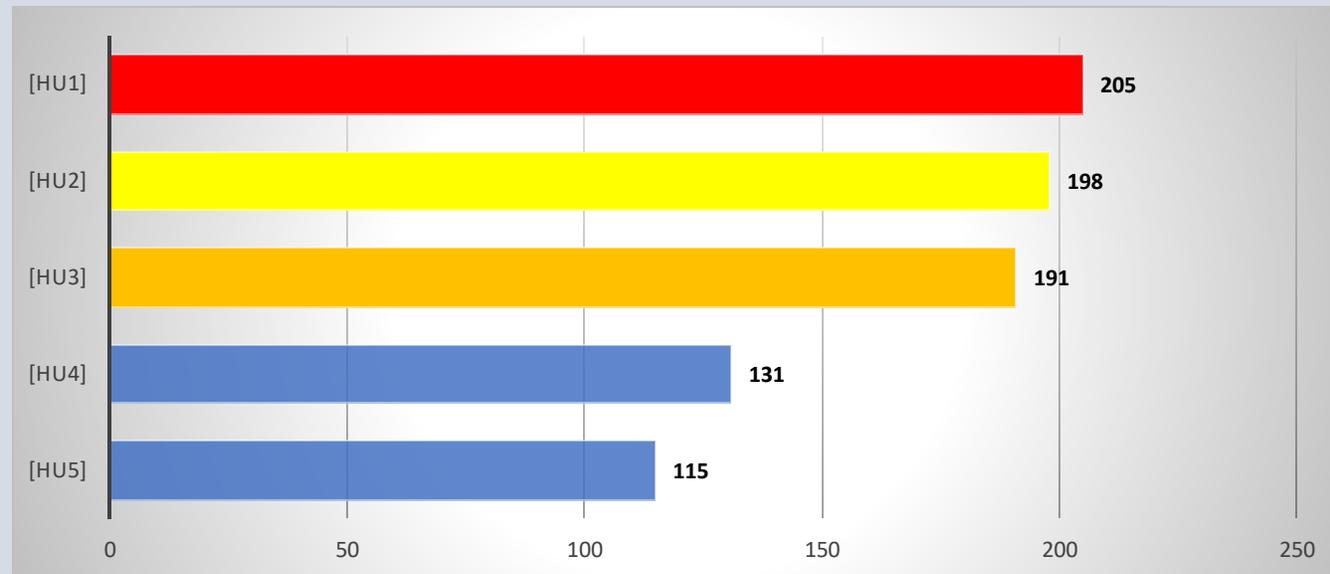
LEGENDA	[CI3] Família
	[CI1] Curatela
	[CI4] Registros Públicos
	[CI4] Fundações

Quantidade escolhida	[CI1] Curatela	25	50	1	0
	[CI2] Fundações	2	1	39	34
	[CI3] Família	45	23	5	3
	[CI4] Registros Públicos	4	2	31	39

Ponderação	2º	[CI1] Curatela	100	150	2	0	252
	3º	[CI2] Fundações	8	3	78	34	123
	1º	[CI3] Família	180	69	10	3	262
	3º	[CI4] Registros Públicos	16	6	62	39	123

Quantidade escolhida	[HU1] Enfrentamento da crise habitacional e dos conflitos fundiários urbanos, mediante iniciativas uniformizadas voltadas à efetivação do direito social à moradia, com foco em soluções adequadas para garantia dos princípios da função social da propriedade, da dignidade da pessoa humana e do não retrocesso social	16	17	13	8	2
	[HU2] Mapeamento e georreferenciamento dos casos envolvendo parcelamento irregular do solo/regularização fundiária visando adoção de medidas estruturantes em face do poder público responsável pela fiscalização e ordenação do espaço territorial urbano, sempre que ocorrências daquela natureza se mostrarem recorrentes no Município e quando a atuação fragmentada tiver se mostrado ineficiente	17	14	10	12	3
	[HU3] Fomento a existência de um plano municipal de redução de riscos que analise, caracterize e dimensione as áreas de risco de inundação, deslizamento e solapamento, classificadas segundo tipo e grau de risco; analise, quantifique e caracterize as famílias moradoras dessas áreas, segundo perfis demográficos, socioeconômicos e habitacionais, entre outros aspectos; defina as ações e intervenções necessárias para a implantação de obras estruturais de redução de riscos e adoção de medidas de segurança e proteção, com fixação de prioridades, prazos e estimativas de custos e recursos necessários; e que defina estratégias para realização de realocações preventivas de moradores quando esta for a alternativa única ou mais eficaz para a garantia das condições de segurança, de acordo com critérios técnicos objetivos e reconhecidos e procedimentos justos e democráticos	13	17	9	14	3
	[HU4] Fomento à existência de um plano de mobilidade urbana que oriente a política de mobilidade a partir da análise das condições de acessibilidade e mobilidade existentes, de ações para ampliação e aprimoramento do sistema de transporte público coletivo, de programa para o gerenciamento das vias, de ações para implementação de estacionamentos em áreas estratégicas da cidade, de diretrizes tarifárias, em especial para população de baixa renda, de ações para garantir a acessibilidade universal e a redução dos impactos ambientais, além de medidas para cada um dos sistemas de mobilidade urbana	3	6	14	17	16
	[HU5] Adoção de medidas visando o aprimoramento das políticas públicas de zeladoria urbana que não se restrinjam apenas a solucionar o caso relatado na notícia de fato, mas que, de forma eficaz e resolutiva, enfrente os problemas estruturais verificados na prestação do serviço público	7	2	10	5	32

Ponderação	1º	[HU1] Enfrentamento da crise habitacional e dos conflitos fundiários urbanos, mediante iniciativas uniformizadas voltadas à efetivação do direito social à moradia, com foco em soluções adequadas para garantia dos princípios da função social da propriedade, da dignidade da pessoa humana e do não retrocesso social	80	68	39	16	2	205
	2º	[HU2] Mapeamento e georreferenciamento dos casos envolvendo parcelamento irregular do solo/regularização fundiária visando adoção de medidas estruturantes em face do poder público responsável pela fiscalização e ordenação do espaço territorial urbano, sempre que ocorrências daquela natureza se mostrarem recorrentes no Município e quando a atuação fragmentada tiver se mostrado ineficiente	85	56	30	24	3	198
	3º	[HU3] Fomento a existência de um plano municipal de redução de riscos que analise, caracterize e dimensione as áreas de risco de inundação, deslizamento e solapamento, classificadas segundo tipo e grau de risco; analise, quantifique e caracterize as famílias moradoras dessas áreas, segundo perfis demográficos, socioeconômicos e habitacionais, entre outros aspectos; defina as ações e intervenções necessárias para a implantação de obras estruturais de redução de riscos e adoção de medidas de segurança e proteção, com fixação de prioridades, prazos e estimativas de custos e recursos necessários; e que defina estratégias para realização de realocações preventivas de moradores quando esta for a alternativa única ou mais eficaz para a garantia das condições de segurança, de acordo com critérios técnicos objetivos e reconhecidos e procedimentos justos e democráticos	65	68	27	28	3	191
		[HU4] Fomento à existência de um plano de mobilidade urbana que oriente a política de mobilidade a partir da análise das condições de acessibilidade e mobilidade existentes, de ações para ampliação e aprimoramento do sistema de transporte público coletivo, de programa para o gerenciamento das vias, de ações para implementação de estacionamentos em áreas estratégicas da cidade, de diretrizes tarifárias, em especial para população de baixa renda, de ações para garantir a acessibilidade universal e a redução dos impactos ambientais, além de medidas para cada um dos sistemas de mobilidade urbana	15	24	42	34	16	131
		[HU5] Adoção de medidas visando o aprimoramento das políticas públicas de zeladoria urbana que não se restrinjam apenas a solucionar o caso relatado na notícia de fato, mas que, de forma eficaz e resolutiva, enfrente os problemas estruturais verificados na prestação do serviço público	35	8	30	10	32	115



OUTROS

Planejamento e implantação de sistemas que resolvam os problemas de drenagem urbana

LEGENDA

[HU1] Enfrentamento da crise habitacional e dos conflitos fundiários urbanos, mediante iniciativas uniformizadas voltadas à efetivação do direito social à moradia, com foco em soluções adequadas para garantia dos princípios da função social da propriedade, da dignidade da pessoa humana e do não retrocesso social

[HU2] Mapeamento e georreferenciamento dos casos envolvendo parcelamento irregular do solo/regularização fundiária visando adoção de medidas estruturantes em face do poder público responsável pela fiscalização e ordenação do espaço territorial urbano, sempre que ocorrências daquela natureza se mostrarem recorrentes no Município e quando a atuação fragmentada tiver se mostrado ineficiente

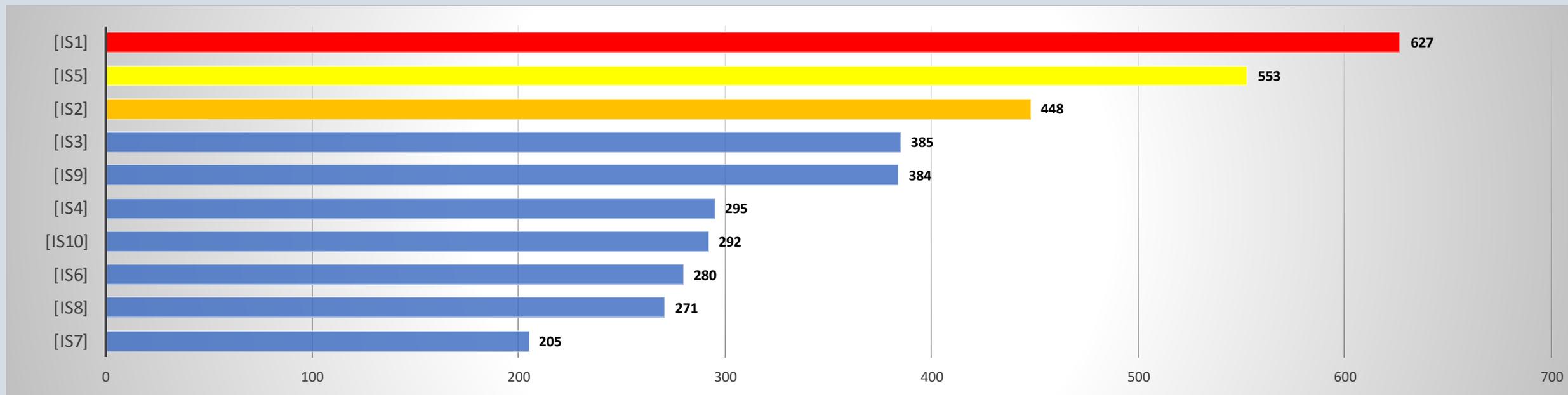
[HU3] Fomento a existência de um plano municipal de redução de riscos que análise, caracterize e dimensione as áreas de risco de inundação, deslizamento e solapamento, classificadas segundo tipo e graus de risco; análise, quantifique e caracterize as famílias moradoras dessas áreas, segundo perfis demográficos, socioeconômicos e habitacionais, entre outros aspectos; defina as ações e intervenções necessárias para a implantação de obras estruturais de redução de riscos e adoção de medidas de segurança e proteção, com fixação de prioridades, prazos e estimativas de custos e recursos necessários; e que defina estratégias para realização de realocações preventivas de moradores quando esta for a alternativa única ou mais eficaz para a garantia das condições de segurança, de acordo com critérios técnicos objetivos e reconhecidos e procedimentos justos e democráticos

[HU4] Fomento à existência de um plano de mobilidade urbana que oriente a política de mobilidade a partir da análise das condições de acessibilidade e mobilidade existentes, de ações para ampliação e aprimoramento do sistema de transporte público coletivo, de programa para o gerenciamento das vias, de ações para implementação de estacionamentos em áreas estratégicas da cidade, de diretrizes tarifárias, em especial para população de baixa renda, de ações para garantir a acessibilidade universal e a redução dos impactos ambientais, além de medidas para cada um dos sistemas de mobilidade urbana

[HU5] Adoção de medidas visando o aprimoramento das políticas públicas de zeladoria urbana que não se restrinjam penas a solucionar o caso relatado na notícia de fato, mas que, de forma eficaz e resolutiva, enfrente os problemas estruturais verificados na prestação do serviço público

Quantidade escolhida	[IS1] População em situação de rua	38	18	5	3	4	0	0	0	0	0
	[IS2] Igualdade Racial	0	8	22	15	4	7	4	5	2	1
	[IS3] Populações Tradicionais	1	3	8	16	10	10	8	7	4	1
	[IS4] População Imigrante e/ou em Situação de Refúgio	0	1	2	6	12	15	8	9	7	8
	[IS5] Mulheres em Situação de Vulnerabilidade	17	20	12	5	6	5	2	1	0	0
	[IS6] População LGBTQI+	0	2	2	4	9	13	11	7	14	6
	[IS7] População Encarcerada	0	1	2	1	2	4	17	13	6	22
	[IS8] PLID - Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos	0	2	4	4	11	3	8	15	14	7
	[IS9] Melhoria do SUAS – Sistema único de Assistência Social	12	4	5	9	4	6	6	5	15	2
	[IS10] Melhoria do SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional	0	9	6	5	6	5	4	6	6	21

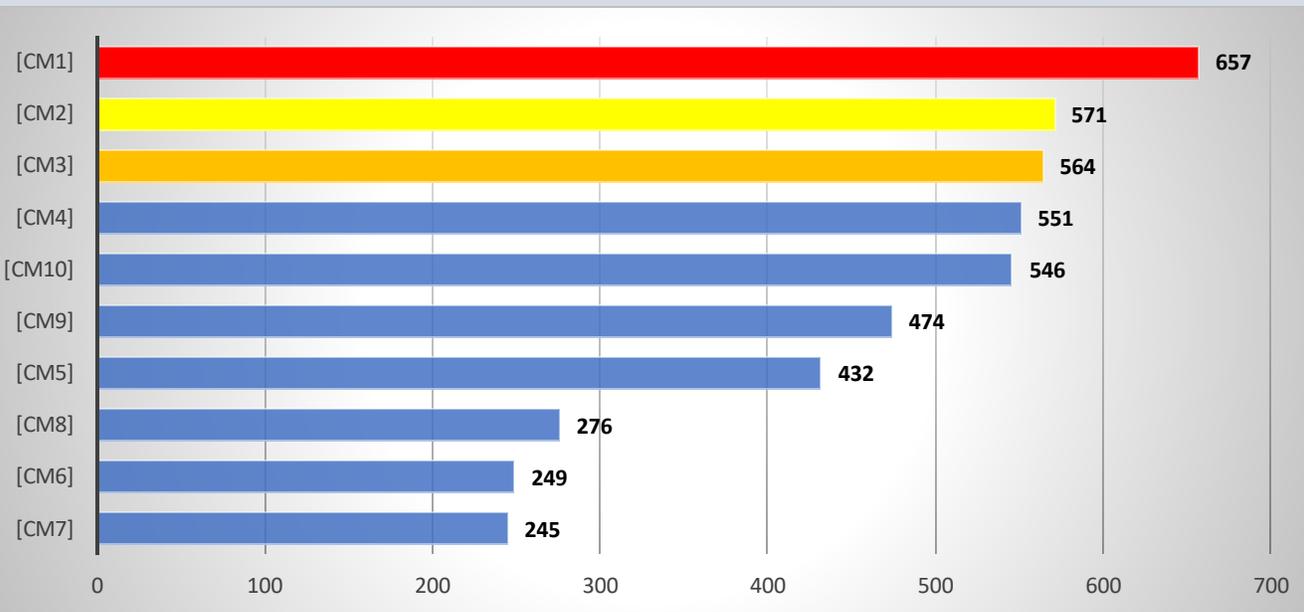
Ponderação	1º [IS1] População em situação de rua	380	162	40	21	24	0	0	0	0	0	627
	3º [IS2] Igualdade Racial	0	72	176	105	24	35	16	15	4	1	448
	[IS3] Populações Tradicionais	10	27	64	112	60	50	32	21	8	1	385
	[IS4] População Imigrante e/ou em Situação de Refúgio	0	9	16	42	72	75	32	27	14	8	295
	2º [IS5] Mulheres em Situação de Vulnerabilidade	170	180	96	35	36	25	8	3	0	0	553
	[IS6] População LGBTQI+	0	18	16	28	54	65	44	21	28	6	280
	[IS7] População Encarcerada	0	9	16	7	12	20	68	39	12	22	205
	[IS8] PLID - Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos	0	18	32	28	66	15	32	45	28	7	271
	[IS9] Melhoria do SUAS – Sistema único de Assistência Social	120	36	40	63	24	30	24	15	30	2	384
	[IS10] Melhoria do SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional	0	81	48	35	36	25	16	18	12	21	292



LEGENDA	[IS1] População em situação de rua
	[IS5] Mulheres em Situação de Vulnerabilidade
	[IS2] Igualdade Racial
	[IS3] Populações Tradicionais
	[IS9] Melhoria do SUAS – Sistema único de Assistência Social
	[IS4] População Imigrante e/ou em Situação de Refúgio
	[IS10] Melhoria do SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
	[IS6] População LGBTQI+
	[IS8] PLID - Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos
	[IS7] População Encarcerada

Quantidade escolhida	[CM1] Tráfico de Drogas	31	15	11	6	4	6	4	2	2	2
	[CM2] Homicídio	9	21	12	10	8	4	8	5	5	1
	[CM3] Feminicídio	7	14	17	12	10	8	7	6	0	2
	[CM4] Crimes Sexuais	6	6	13	17	20	11	9	1	0	0
	[CM5] Crimes contra o patrimônio	3	4	7	10	9	19	12	9	6	4
	[CM6] Crimes de trânsito	0	0	1	2	5	12	10	14	16	23
	[CM7] Crimes contra o meio ambiente	0	1	0	3	3	7	10	20	23	16
	[CM8] Crimes contra a administração pública	2	2	3	2	4	5	12	16	18	19
	[CM9] Crimes cometidos por organizações criminosas	9	10	9	10	11	4	4	7	10	9
	[CM10] Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha)	16	10	10	11	9	7	7	3	3	7

Ponderação	1º [CM1] Tráfico de Drogas	310	135	88	42	24	30	16	6	4	2	657
	2º [CM2] Homicídio	90	189	96	70	48	20	32	15	10	1	571
	3º [CM3] Feminicídio	70	126	136	84	60	40	28	18	0	2	564
	[CM4] Crimes Sexuais	60	54	104	119	120	55	36	3	0	0	551
	[CM5] Crimes contra o patrimônio	30	36	56	70	54	95	48	27	12	4	432
	[CM6] Crimes de trânsito	0	0	8	14	30	60	40	42	32	23	249
	[CM7] Crimes contra o meio ambiente	0	9	0	21	18	35	40	60	46	16	245
	[CM8] Crimes contra a administração pública	20	18	24	14	24	25	48	48	36	19	276
	[CM9] Crimes cometidos por organizações criminosas	90	90	72	70	66	20	16	21	20	9	474
	[CM10] Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha)	160	90	80	77	54	35	28	9	6	7	546



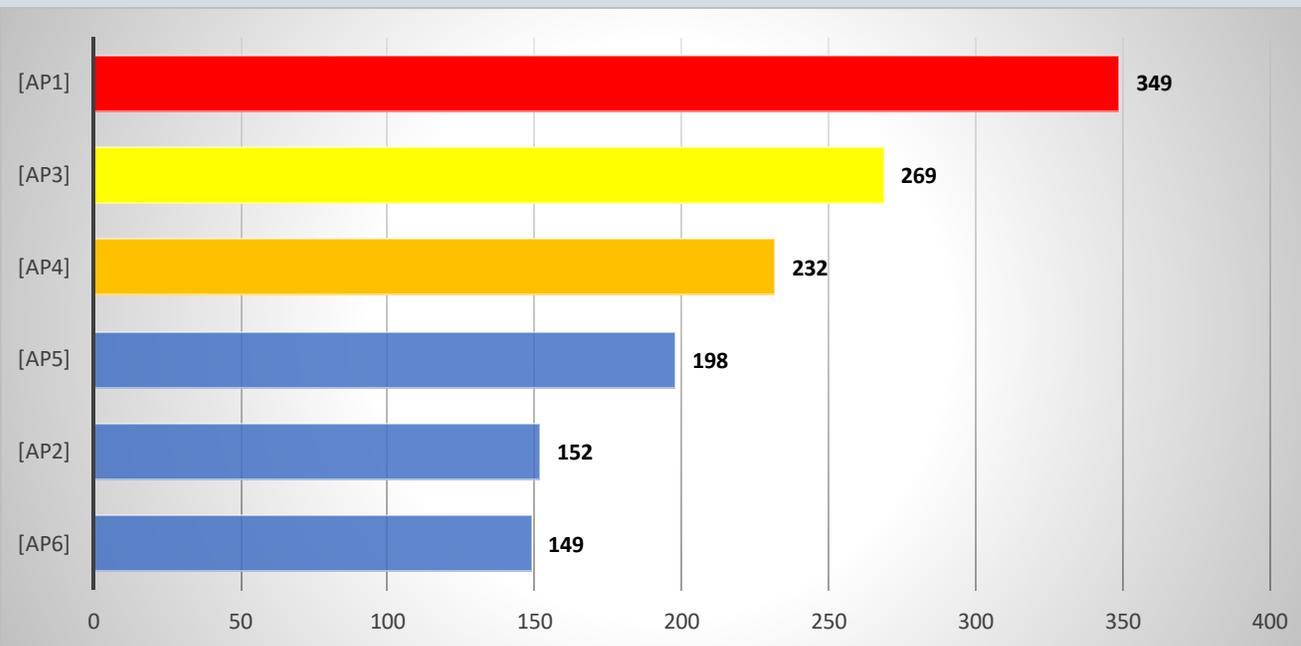
Outros
Crime de má influência provocados pela mídia, site e aplicativos.
crimes contra a criança e adolescente - maus tratos crimes contra o idoso
Crimes previstos na LEI 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003.
Entendo ser necessária uma atuação conjunta da região no combate ao PCC
Estelionato
Estelionato e outras fraudes.
Medidas Protetivas - É muito comum atendemos vítimas que querem retirar a medida protetiva.

LEGENDA

- [CM1] Tráfico de Drogas
- [CM2] Homicídio
- [CM3] Femicídio
- [CM4] Crimes Sexuais
- [CM10] Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha)
- [CM9] Crimes cometidos por organizações criminosas
- [CM5] Crimes contra o patrimônio
- [CM8] Crimes contra a administração pública
- [CM6] Crimes de trânsito
- [CM7] Crimes contra o meio ambiente

Quantidade escolhida	[AP1] Precariedade da investigação policial (ausência de delegacias especializadas, perícias criminais deficientes ou com atraso e outros)	42	12	6	4	0	1
	[AP2] Ausência, precariedade ou falta de interação com as Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), responsáveis em acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas e medidas alternativas, inclusive as condições impostas no ANPP, bem como pela reintegração social de condenados.	2	9	12	10	0	17
	[AP3] Ausência ou precariedade de equipamentos de atendimento especializado à mulher (Delegacia de Defesa da Mulher, CRAS, CREAS, CRM, abrigo sigiloso, órgãos de fiscalização do cumprimento de medidas protetivas)	10	23	8	19	0	5
	[AP4] Ausência ou precariedade no atendimento de crianças e adolescentes vítimas (ou testemunhas) de crimes praticados com violência (ausência de fluxo e protocolos de atendimento integral, falta de capacitação dos atores da rede de atendimento e espaço adequado para escuta protegida, inexistência de espaço adequado e profissionais qualificados para realização do depoimento especial)	7	11	25	11	0	2
	[AP5] Ausência de núcleo especializado e profissionais capacitados no atendimento às vítimas (e testemunhas) de crimes violentos	3	11	10	25	0	10
	[AP6] Ausência de fiscalização de pessoas condenadas em cumprimento de pena em meio aberto (regime aberto, liberdade condicional) ou em liberdade provisória.	7	5	10	2	0	36

Ponderação	1º	[AP1] Precariedade da investigação policial (ausência de delegacias especializadas, perícias criminais deficientes ou com atraso e outros)	252	60	24	12	0	1	349
		[AP2] Ausência, precariedade ou falta de interação com as Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), responsáveis em acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas e medidas alternativas, inclusive as condições impostas no ANPP, bem como pela reintegração social de condenados.	12	45	48	30	0	17	152
	2º	[AP3] Ausência ou precariedade de equipamentos de atendimento especializado à mulher (Delegacia de Defesa da Mulher, CRAS, CREAS, CRM, abrigo sigiloso, órgãos de fiscalização do cumprimento de medidas protetivas)	60	115	32	57	0	5	269
	3º	[AP4] Ausência ou precariedade no atendimento de crianças e adolescentes vítimas (ou testemunhas) de crimes praticados com violência (ausência de fluxo e protocolos de atendimento integral, falta de capacitação dos atores da rede de atendimento e espaço adequado para escuta protegida, inexistência de espaço adequado e profissionais qualificados para realização do depoimento especial)	42	55	100	33	0	2	232
		[AP5] Ausência de núcleo especializado e profissionais capacitados no atendimento às vítimas (e testemunhas) de crimes violentos	18	55	40	75	0	10	198
		[AP6] Ausência de fiscalização de pessoas condenadas em cumprimento de pena em meio aberto (regime aberto, liberdade condicional) ou em liberdade provisória.	42	25	40	6	0	36	149



Outros

Ausência do Ministério Público e Polícia Militar, dentro das salas de aula e nas Escolas, ensinando e informando o seu papel na sociedade.

Avaliação mais apurada de saídas para eventos (natal, ano novo, dia das mães, dia dos pais...)

de fato, os pontos 2 e 6 merecem total destaque em relação aos outros. Como sabido, em âmbito criminal, a Baixada Santista é região com especificidades não observadas em quaisquer outros lugares do Estado, seja por seu grande interesse estratégico para a Organização Criminosa de maior atuação no país, seja pela grande variação sazonal de população que ocorre aos feriados e datas relevantes.

O sucesso da execução criminal tem tanta importância quanto o da ação penal. A atuação em sede de execução já é, por vezes, dificultada, uma vez que não é raro o recebimento de autos com longo histórico de etapas e divididos em diversos apensos.

O fato de as fiscalizações serem feitas sempre mediante requerimentos/solicitações dificulta e atrasa o andamento da execução, o que ajuda a frustrar as finalidades retributiva, preventiva e ressocializadora da pena.

Me coloco à disposição para elaborar sobre o tema, e gostaria muito de ajudar, se pertinente.

LEGENDA	[AP1] Precariedade da investigação policial (ausência de delegacias especializadas, perícias criminais deficientes ou com atraso e outros)
	[AP3] Ausência ou precariedade de equipamentos de atendimento especializado à mulher (Delegacia de Defesa da Mulher, CRAS, CREAS, CRM, abrigo sigiloso, órgãos de fiscalização do cumprimento de medidas protetivas)
	[AP4] Ausência ou precariedade no atendimento de crianças e adolescentes vítimas (ou testemunhas) de crimes praticados com violência (ausência de fluxo e protocolos de atendimento integral, falta de capacitação dos atores da rede de atendimento e espaço adequado para escuta protegida, inexistência de espaço adequado e profissionais qualificados para realização do depoimento especial)
	[AP5] Ausência de núcleo especializado e profissionais capacitados no atendimento às vítimas (e testemunhas) de crimes violentos
	[AP2] Ausência, precariedade ou falta de interação com as Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), responsáveis em acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas e medidas alternativas, inclusive as condições impostas no ANPP, bem como pela reintegração social de condenados.
	[AP6] Ausência de fiscalização de pessoas condenadas em cumprimento de pena em meio aberto (regime aberto, liberdade condicional) ou em liberdade provisória.

Após a Escuta Social, disponibilizamos um formulário para a Sociedade Civil se manifestar, recebemos 32 (trinta e duas) respostas

As respostas podem ser visualizadas clicando
neste link

OBRIGADO